

A propósito do conceito de *participação* num ensaio de Lúcio Craveiro da Silva Licínio C. Lima*

Após o 25 de Abril de 1974, em contexto revolucionário marcado pelas promessas de *democratização*, *descolonização* e *desenvolvimento*, e em pleno ano de 1975, o Prof. Lúcio Craveiro da Silva publicou na *Brotéria*, Revista Contemporânea de Cultura (Lisboa, 101, 1975, pp. 317-330) um pequeno ensaio intitulado "Cultura, Participação e Desenvolvimento" (cf. a sua bibliografia organizada por Morgado & Nunes, 1994), anos mais tarde republicado autonomamente pela Universidade do Minho, através do seu Projecto de Educação de Adultos (cf. Silva, 1979), edição pela qual passarei a citar. É este o texto que tomarei por base para uma reflexão breve sobre o conceito de participação que nos propõe, fortemente ancorado na cultura e no diálogo, que creio atravessar não apenas outras de suas obras, de maior fôlego, mas também muitas de suas práticas e reflexões universitárias.

* Antigo presidente da Unidade de Educação de Adultos. Professor Catedrático do Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.

Recorde-se que Lúcio Craveiro manteve ao longo de muitos anos uma ligação às Unidades Culturais da Universidade, desde logo através da presidência do Conselho Cultural, criado em 1986. No caso da Unidade de Educação de Adultos, porém, essa ligação remontava a meados da década de 1970, quando foi nomeado pelo Reitor, Carlos Lloyd Braga, para o cargo de primeiro responsável pelo então Projecto de Educação de Adultos, criado em 1976 ao abrigo do Acordo Luso-Sueco, com financiamento da *Swedish International Development Authority* e apoio científico e pedagógico da Universidade de Linköping (para um importante testemunho pessoal, a partir do ponto de vista de um dos especialistas suecos sobre este Projecto, ver Norbeck, 2003). Aí se manteve como responsável até finais de 1979 (cf. Castro, Sancho & Guimarães, 2006, pp. 15-21), tendo sido nesse ano que, de acordo com as suas palavras, “publiquei, para ajudar a manter a sua presença já notória, o opúsculo: *Cultura, Participação e Desenvolvimento* que é o n.º 6 da Colecção Projecto de Educação de Adultos” (Silva, 2006, p. 67). Foi também esta a primeira obra que li de sua autoria, pois data desse mesmo ano o início da minha colaboração com o então Projecto de Educação de Adultos. Nesse contexto, ainda tive a oportunidade de participar nalgumas reuniões do Projecto por ele dirigidas, uma vez que desenvolvia à época, ainda estudante, trabalhos empíricos no quadro de um projecto de investigação sobre a educação de adultos e o associativismo na região do Minho (cf. Lima, 2006) Não era essa, todavia, a primeira vez que me cruzava com o Prof. Lúcio Craveiro, pois pouco antes tinha sido seu aluno de Licenciatura, em circunstâncias por ele registadas em entrevista concedida no âmbito do *Projecto Museu Pessoa* (cf. Silva, 2004, p. 82). No início de 1982, sendo Reitor, haveria de entregar-me em sessão solene a carta de curso de Licenciatura, que concluíra em 1981, e, especialmente durante o período compreendido entre 1986 e 2004, viria a manter com ele contactos estreitos e frequentes, pelo menos uma vez por mês, sempre que a Comissão Permanente do Conselho Cultural se reunia. Por sua insistência, desempenhei durante dezasseis anos consecutivos o cargo de vice-presidente do Conselho Cultural (1986-2002), circunstância através da qual pude testemunhar o seu estilo de liderança de tipo participativo, a reivindicação sempre elegante, mas firme, reforçada pela legitimidade dos argumentos, a favor do Conselho Cultural e de suas Unidades, o estilo intelectual, de debate frontal e, por vezes, em jeito de tertúlia com que decorriam as reuniões, sem pressas, ouvindo todos, tomando posição crítica

sobre os temas em debate, dialogando e incentivando ao diálogo. No mesmo contexto participei com ele e com os colegas responsáveis de outras Unidades Culturais (Maria Assunção Vasconcelos, Henrique Barreto Nunes, César Valença e Francisco Sande Lemos, com concepção gráfica de Nuno Barreto, anterior responsável pelo Museu Nogueira da Silva) na aventura da criação da revista *Forum*, um projecto editorial que alguns de nós haviam idealizado no início da década de 1980, antes mesmo da criação, a título experimental, do Conselho Cultural, por iniciativa do Reitor Sérgio Machado dos Santos, através do seu "Estatuto Provisório", promulgado a 2 de Junho de 1986 (cf. Lima, 1987).

No primeiro número da *Forum*, datado de Março de 1987, em breves "Palavras Preliminares", Lúcio Craveiro da Silva, na qualidade de director, concluiu a apresentação da revista afirmando que ela "não pretende mais do que arquivar e difundir a valiosa actividade destas Unidades no âmbito da projecção cultural da Universidade do Minho. Dado o seu valor, a sua compilação nesta publicação será não só um testemunho da sua vitalidade mas também contribuirá para a dar a conhecer, aumentando-lhe assim a irradiação e eficácia" (Silva, 1987, p. 4). E assim tem sido, de facto, até ao presente, contando desde a primeira hora com a competente e militante coordenação editorial de Henrique Barreto Nunes, o Secretário do Conselho Cultural e responsável pela Biblioteca Pública de Braga, sem dúvida o colaborador mais próximo do Prof. Lúcio neste contexto.

A cultura de participação democrática, em Lúcio Craveiro da Silva, não se revela apenas um conceito dotado de certo protagonismo na sua obra escrita, mas também uma prática do seu governo académico, da sua forma de estar e de ser universitário, de dialogar com o outro. Como chega a reconhecer numa entrevista, "nunca sou impositivo", para logo concluir, no quadro das suas funções: "No grupo com que estamos a trabalhar no Conselho Cultural, é do diálogo amigo e esclarecedor que devem nascer as iniciativas em que todos somos precisos" (Silva, 2004, p. 91).

São, com efeito, muitos e significativos os testemunhos de práticas democráticas, participativas, autonómicas e de liberdade que Lúcio Craveiro nos legou, muitas vezes sem registos escritos e sem teorizações políticas explícitas, para as quais, não obstante, tinha desde cedo obtido formação académica bastante. A defesa da participação democrática e do diálogo, *pela e para* a cultura e o desenvol-

vimento, surge sobretudo associada à "questão social", um dos "arquitémas" da sua obra (cf. Rocha, 2004, p. 32), à doutrina social da Igreja e às críticas ao centralismo político e administrativo, estas provavelmente influenciadas pelas críticas anteriores à "centralização uniforme e esterilizadora" (Quental, 2001, p. 21) que esteve na base do "desaparecimento dos foros populares" em favor de uma monarquia aristocrática e centralizadora que, "acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa" (*Id., ibid.*, pp. 55 e 59).

No que lhe diz respeito, Craveiro da Silva (2004, p. 94) não hesitou em afirmar: "Eu, pessoalmente, desconfio muito dos governos centrais". A excessiva concentração de poderes, para ele, fosse ao nível do governo central, fosse no governo das organizações e das universidades, inibia a autonomia dos sujeitos e das organizações, era impositiva, alienante e desresponsabilizante. A este propósito são claras as palavras que escolheu para concluir o seu discurso no dia do X Aniversário da Universidade do Minho, em sessão realizada a 17 de Fevereiro de 1984, perante o Primeiro-Ministro Mário Soares e o Ministro da Educação José Augusto Seabra: "As Instalações Definitivas, por razões alheias à Universidade, levam uns quatro anos de atraso nos planos previstos. E digo alheias à Universidade, porque se tivesse existido verdadeira autonomia como estava exarado nas leis das novas Universidades em período de instalação, já há muito se teria iniciado a construção das instalações definitivas da Universidade, com o esforço, dedicação e ciência dos nossos próprios docentes e técnicos e com muito menos dispêndio para o erário público. Porque não nos deixaram ser autónomos, porque nos impuseram soluções que nós rejeitámos, porque não aceitaram oportunamente as nossas propostas, só agora entrámos no limiar da solução do processo da construção das Instalações Definitivas" (Silva, 2004, p. 167). Mas o próprio discurso, contundente, releva de uma posição de autoridade formal, democraticamente legitimada, a partir do momento que Lúcio Craveiro não aceitou ser nomeado Reitor pelo Ministro da Educação, à margem da auscultação da Universidade, tendo para o efeito obtido autorização para realizar uma eleição de que resultaria a apresentação de uma lista triplíce, assim contribuindo para o que designou de "reconquista da autonomia".

No seu discurso de tomada de posse como Reitor eleito da Universidade do Minho, proferido a 18 de Janeiro de 1982, declara: "Pela primeira vez, a comunidade universitária foi ouvida na nomeação do seu reitor, e alegra-me particularmente que, na linha da reconquista da autonomia por que anseiam as universidades, a Universidade do Minho, como noutras realizações, tenha sido a primeira" (Silva, 2004, p. 128).

Ainda que se tratasse, do ponto de vista jurídico-formal, de um acto de nomeação ministerial, abria-se no entanto caminho à eleição do Reitor, como haveria de suceder uns anos mais tarde. A nomeação era contudo condicionada por uma lista, resultando de uma tentativa de equilíbrio de poderes entre o Ministro e a Universidade, segundo a interpretação de Lúcio Craveiro: "o novo esquema de nomeação define melhor a situação presente do reitor na comunidade universitária: eleito pela Universidade, transmite ao Ministério, com maior autoridade, as necessidades, problemas e preocupações dos corpos docente e discente e dos seus funcionários; sancionado pelo Ministro, transmite as orientações do Ministério" (*Id.*, *ibid.*).

Não obstante a defesa da "justa autonomia da Universidade", o autor assume uma visão organizacionalmente descentralizada da instituição, assente na participação no processo de decisão por parte de outros órgãos e níveis, admitindo uma unidade de direcção que não coincide com uma unidade de comando de feição fayoliana, ou com uma centralização de tipo racional-legal, na esteira da teoria da burocracia de Max Weber. A sua advertência é, no mínimo, enfática, a este respeito: "Seria utópico supor que a Universidade pode evoluir e lançar raízes apenas por algumas estruturas e cargos de chefia, por mais importantes que eles sejam. É imprescindível cair na conta, de uma vez para sempre, que o nosso sistema mais unificado de direcção não cai nem deve cair numa concentração excessiva de poderes" (*Id.*, *ibid.*, p. 135).

Um certo equilíbrio de poderes, designadamente através da participação democrática em processos de tomada de decisões, com o correspondente policentrismo organizacional, é condição necessária à governação democrática das universidades, elemento de resto compatível com o princípio mais geral da *subsidiariedade*, um princípio sobre o qual reflectiu de forma aprofundada já nos finais da década de 1950, bem antes de a União Europeia o ter incorporado nos

seus discursos políticos (cf. a este propósito as observações de Acílio Rocha, 2004, p. 43, onde se remete para a respectiva bibliografia de Lúcio Craveiro da Silva, especialmente para o artigo que publicou em 1959 na *Scientia Juridica*, republicado em Silva, 2004, pp. 307-329). Afirmando-se adepto da descentralização regional e local e do associativismo, o autor reflecte sobre o direito de associação e sobre a organização e intervenção da sociedade civil, na esteira da Encíclica *Rerum Novarum*, do Papa da “questão social”, Leão XIII, datada de 1891, onde a dignidade e os direitos dos trabalhadores, enquanto sujeitos do trabalho, ganham centralidade e onde se estabelecem diversos princípios doutrinários católicos de legitimação do futuro Estado-Providência e de certas formas de regulação estatal, contrabalançadas exactamente através de múltiplas formas de participação da sociedade civil (cf. Leão XIII, 1967).

* * *

A investigação sobre temas do trabalho, da produção e do movimento operário, que ocupou Lúcio Craveiro especialmente nas décadas de 1940 e 1950, representa um dos mais importantes pilares da sua obra, sustentando incursões várias sobre economia, desenvolvimento, cultura e participação, talvez singularmente reunidas no texto que escolhi como objecto, e pretexto, destas breves notas.

Em *Cultura, Participação e Desenvolvimento* (Silva, 1979), de novo se começa por remeter para a doutrina social da Igreja, desta feita citando-se a Encíclica de João XXIII, de 1961, intitulada *Mater et Magistra*, a propósito da defesa de uma “hierarquia de valores” que confira sentido ao progresso e ao desenvolvimento económico, considerados elementos indubitavelmente positivos, embora não valores supremos, mas antes meios ao serviço da promoção e realização humanas. É no quadro da defesa dos direitos económicos e sociais, incluindo o direito à cultura, à educação de base e à formação profissional, que

Lúcio Craveiro articula cultura e participação para o desenvolvimento, isto é, que associa direitos políticos e direitos sociais, insistindo na ideia nuclear da legitimidade da participação activa, política e social, ou, nos termos próprios da Encíclica *Mater et Magistra*, de uma "presença activa". Retomam-se as críticas ao "economismo", já presentes em *Rerum Novarum*, noventa anos antes, ao trabalho humano como mero "instrumento de produção" e à utilização dos operários "como vis instrumentos de lucro" (Leão XIII, 1967, pp. 29 e 23), circunstâncias em que o eventual crescimento económico não se traduz por desenvolvimento. Quando a "dignidade humana" deixa de integrar de forma substantiva a "hierarquia de valores", então, nos termos mais tarde propostos por João Paulo II na Carta Encíclica *Laborem Exercens* (1981, p. 13), fecham-se "os caminhos ao justo desenvolvimento de todos". Em idêntica linha, o ensaio de 1975 revela-se crítico quanto a um desenvolvimento económico que *mutile* o ser humano, a partir do momento em que reduz este a uma dimensão económica, independente das perspectivas humanas, da promoção do conhecimento, da compreensão das realidades e da cultura. Uma vez que "um crescimento económico indefinido tornar-se-ia em última análise um projecto absurdo", o autor conclui que "um dos objectivos do desenvolvimento será portanto elevar o nível cultural das massas acima da ignorância alienante, para as fazer participar progressivamente nos bens do espírito" (Silva, 1979, pp. 4-5). Neste sentido, todo o desenvolvimento, para além das suas dimensões económicas e distributivas, responsáveis pela garantia de níveis satisfatórios de vida material, abaixo dos quais se condenam os seres humanos a uma condição de "sub-humanidade", é por definição um desenvolvimento sociocultural: "A partir destes objectivos mínimos de bem-estar, que se apresentam como imperativos de consciência, o desenvolvimento económico deve buscar a participação progressiva de todos em um melhor-estar mais justamente fomentado e distribuído" (*Id., ibid.*, p. 4).

A problemática da *participação na cultura* e da *cultura de participação* fica desta feita enunciada por referência a um certo conceito crítico de desenvolvimento. Enquanto construção social e histórica, o desenvolvimento exige a participação política e social, incluindo legitimamente mais seres humanos no processo de tal construção e procurando garantir, solidariamente, a concepção e realização de um "programa de promoção social pelo desenvolvimento económico" (*Id., ibid.*, p. 6). Trata-se, também, de uma questão de governo e de autonomia,

conforme esclarece: “Desenvolver a participação é, em suma, fazer com que o funcionamento destes grupos não seja regido e regulado apenas de fora, sem antes ouvir e ter em conta aqueles que lhes pertencem”. A recusa da heteronomia impõe, para o autor, o reconhecimento da liberdade, o direito à informação e à livre expressão, de forma a ser possível participar na construção de uma obra colectiva própria, matéria em que segue de perto os teóricos da democracia como participação e alguns de seus argumentos, quando afirma: “Onde há maiores responsabilidades há mais interesse; onde há mais interesse há maior participação; e onde há maior participação há mais eficiência” (*Id., ibid.*). E aqui, de novo, são reconhecíveis certas ressonâncias anteristas, especialmente na linha dos argumentos avançados em 1871, no discurso de Antero de Quental sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares*, onde submete a duras críticas o absolutismo e a aristocracia palaciana que condenaram o povo à passividade, à indiferença, à decadência económica e ao silêncio: “O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele” (Quental, 2001, p. 22).

Para Lúcio Craveiro, a participação exige igualdade, pluralismo e renovação dos participantes, dando neste ensaio um exemplo que considera “bem actual”, definido nos seguintes termos: “A participação de todos nas estruturas sociais supõe que os «novos» sejam integrados em plano de suficiente igualdade ao lado dos «antigos»”. Daqui resulta o que considera uma “tensão inevitável e mesmo desejável entre a tradição e a inovação” (*Id., ibid.*, pp. 7-8), ou seja, noutros termos, entre uma participação *instituinte* e uma participação *instituída*, seja através de estruturas de participação de tipo representativo (centradas na organização e em corpos intermédios), seja através da consulta directa (centrada no indivíduo e na sua participação directa no processo de decisão). Em qualquer dos casos, a participação não se reduzirá a uma intervenção junto de “estruturas oficiais”, que são aquelas que têm a responsabilidade formal de governar e resolver problemas. A participação ocorrerá ainda em estruturas “paralelas, subsidiárias ou supletórias, particulares”. Como conclui, “Esta segunda categoria de organismos é necessária porque evita o totalitarismo do poder actuante e procura esclarecê-lo com as opiniões de todos, quer estes tomem à sua conta as deficiências reais da acção oficial, quer simplesmente tentem estimular as estruturas oficiais por meio das suas iniciativas concorrentes, que podem até ser mais avançadas e mais eficazes” (*Id., ibid.*, p. 8).

De novo a opção por uma concepção não oligárquica de poder e, ao menos implicitamente, a rejeição de uma teoria do poder de tipo "soma-zero", antes optando por uma concepção dialéctica da participação na decisão. Sendo certo que, no texto em análise, a participação tende a ocorrer por referência à ideia de colaboração, tal não implica para Lúcio Craveiro uma visão meramente integrativa ou consensualista, na tradição da Escola das Relações Humanas, no âmbito das teorias organizacionais. Não se trata, para ele, de apenas gerir conflitos, ou, ainda mais radicalmente, de inibir a sua legítima expressão, eventualmente através do apelo a um *participacionismo* mais ou menos despolitizado, de feição técnica ou procedimental. Pelo contrário, o autor parece apostar nas tensões críticas e criativas entre o sistema e o actor, os superiores e os subordinados, os "responsáveis" e os "contestatários", cuja existência chega a considerar indispensável (*Id., ibid.*). Afasta-se, portanto, de uma concepção de participação de tipo formal, cooptativo e meramente legitimador, bem como de modalidades mais ou menos ritualizadas, reduzidas ao direito à informação ou orientadas para uma aquiescência mais ou menos passiva e obediente. Por estas razões, Lúcio Craveiro afirma sem hesitação: "...tenhamos em conta que a participação sem contestação conduz ao totalitarismo, e que a contestação sem participação conduz à anarquia. O problema não está portanto em suprimir uma ou outra, mas sim em encontrar estruturas que permitam o exercício de uma e de outra" (*Id., ibid.*, p. 9).

A participação verdadeira, ou "real", na designação que prefere, exige liberdade e autoridade, informação prévia sobre as matérias a decidir, capacidade de reflexão, debate, tempo para escutar outros argumentos, e por tudo isto acarreta uma "certa lentidão". O tempo exigido pelos processos de participação democrática, porém, revela-se um recurso substantivo indispensável: "Pedir o parecer a grupos, assembleias ou indivíduos à pressa, sobre assuntos não comunicados com antecipação e sem informação preliminar é, pelo menos, uma caricatura da participação; e às vezes será mais do que isso um ludíbrio da responsabilidade e, portanto, a violação de um direito" (*Id., ibid.*).

Para além da "lentidão" própria dos processos de participação, um custo a pagar por processos democráticos de decisão e, como tal, um valor não alienável a imperativos técnico-rationais, ou à lei do *menor meio*, também os critérios de tipo eficientista são objecto de crítica. Com efeito, a racionalidade técnico-

instrumental tende a insistir na oposição entre participação e eficiência, e entre democracia e eficácia, especialmente quando alicerçada em teorias elitistas e oligárquicas de democracia e na conhecida *lei da mediocridade das massas*. Segundo esta, o conhecimento técnico e o "poder de perito" dos especialistas dispensariam o tempo perdido em consultas ou votações e assegurariam, invariavelmente, decisões mais acertadas do que aquelas que a generalidade dos participantes leigos, lentamente e à margem do saber dos peritos, é capaz de produzir. Lúcio Craveiro rejeita concepções elitistas e eficientistas de participação, mesmo quando admite que há processos de decisão que envolvem saberes técnicos sofisticados e, como tal, não acessíveis à generalidade dos participantes. O exercício da participação democrática demanda, cada vez mais, o acesso a dados da ciência e do conhecimento, bem como a compreensão de informação técnica por vezes bastante elaborada. Isto não justifica, contudo, o afastamento dos participantes democraticamente legitimados a favor do protagonismo da "tecnoestrutura". Como declara o autor, "Não se devem opor eficácia e participação" (*Id., ibid.*, p. 10). O saber técnico é certamente indispensável e, tanto quanto possível, é necessário incorporá-lo nos debates e processos preparatórios da tomada de decisão. Nada disto, porém, justifica o afastamento dos participantes, ou que a participação passe a ser encarada como uma perda de tempo: "É que tanto os técnicos como os responsáveis têm tendência a recusar a participação de base, pretextando ora a incompetência das pessoas que se têm de consultar, ora a lentidão dos mecanismos desta consulta" (*Id., ibid.*, p. 9).

É com base na concepção de participação acima comentada que o autor conceberá o "desenvolvimento participado", a partir da "ampla participação de todos", do diálogo, da abertura dos grupos e do combate ao "individualismo esterilizante", com recurso às "consultas generalizadas" e às funções de "grande assembleia", capazes de realizar uma "participação colectiva esclarecida" (*Id., ibid.*, pp. 10-11). E aqui, o problema crucial é seguramente de ordem político-cultural, pois sem cultura não há participação: "Sem cultura não há homens capazes de participar plenamente não só como dirigentes ou técnicos mas também como executantes e operários". A cultura é para Lúcio Craveiro "uma questão de vida ou de morte", exigindo-se a sua difusão "em extensão e intensidade" (*Id., ibid.*, p. 15). O nosso grande atraso, especialmente a partir do século XIX, reside na cultura, "não dependeu de carências do nosso solo, nem

de possibilidades da nossa indústria ou carência de capitais, mas sobretudo da falta da iniciativa e daquela clarividência que só a cultura, tanto especializada para os dirigentes, como generalizada para os empregados e trabalhadores executantes, pode oferecer e despertar" (*Id., ibid.*, pp. 14-15). O tempo perdido, que urge recuperar, será em certos casos, como o da educação, de mais de um século, atraso que não será ultrapassável apenas através de qualificações profissionais, por mais relevantes que estas sejam. A formação integral, cultural, *lato sensu* entendida, é para Lúcio Craveiro da Silva a verdadeira chave do nosso desenvolvimento: "Só assim, melhorada a nossa mão-de-obra com o aumento da cultura e da aprendizagem profissional, formada cabalmente a nossa classe dirigente com verdadeira capacidade de visão económica, se dará ao factor humano aquela dignidade e eficiência sem a qual os planos de desenvolvimento ficarão incompletos, de mesquinha amplitude ou simplesmente por realizar" (*Ib., ibid.*, p. 15). Neste sentido, a educação transcende a adaptação à economia, ao vocacionalismo e ao mercado competitivo, tal como a cultura rompe com visões funcionalistas que a condenam ao paradigma da "cultura de empresa" e da gestão de recursos humanos. Estes são, não obstante, referenciais hoje dominantes à escala transnacional, que tenho criticamente designado por "mão direita" da educação ao longo da vida, uma orientação incapaz de aceitar que a promoção de "competências profissionais" subordinadas à "empregabilidade", sem retaguarda cultural e educativa, se vêm revelando, nos seus próprios termos, um fracasso em termos de políticas educativas (cf. Lima, 2007).

Sendo certo que o conceito de cultura do autor é suficientemente amplo e plurifacetado, incorporando a cultura científica e técnica, também aqui nos deparamos com uma "hierarquia de valores" de âmbito humanista, em cujo âmago se encontra a dignidade humana, a participação de sujeitos históricos livres e autogovernados. É precisamente neste sentido que se compreende a insistência na "falta de cultura" como uma das nossas maiores limitações históricas, presente noutros textos (cf., por exemplo, Silva, 1994a, p. 10), as suas críticas ao marxismo e igualmente ao capitalismo liberal no que concerne à concepção de homem: "Quando se busca resolver o destino do homem na e para a economia sofre-se o risco de fazer dela um fim dominante e absorvente" (Silva, 1994b, p. 375). Trata-se, em termos mais genéricos, de uma crítica aos limites da ciência e do positivismo, uma vez mais influenciada pelo

“espiritualismo anterista” (cf. Fraga, 1994), presente por diversas formas noutros textos em que adverte para os perigos de desumanização da Técnica: “A Técnica, por vezes, subtraiu-se ao império e ao controle do homem, para se lançar na órbita de uma economia dominada pelas forças cegas do dinheiro e do lucro. Outras vezes é o orgulho, a ambição, a avareza, o imperialismo que desencadeiam tempestades pela posse das minas, das matérias primas, dos pontos estratégicos e das terras produtivas. Sempre que o homem quer pôr a terra ao serviço do seu orgulho, das suas ambições ou das suas paixões, a Técnica é atingida sempre, torna-se desumana e, às vezes, mortífera” (Silva, 2002, p. 203).

Na expressão de Antero, também aqui é necessário “quebrar resolutamente com o passado”. O que para Lúcio Craveiro da Silva jamais será conseguido sem cultura e sem participação, ou seja, sem uma cultura de participação fortemente ancorada no processo de participação na cultura.

Referências bibliográficas

- CASTRO, Rui Vieira de, SANCHO, Amélia Vitória; GUIMARÃES, Paula (Orgs.) (2006). *Unidade de Educação de Adultos. Percursos e Testemunhos*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.
- FRAGA, Gustavo de (1994). “Os Discípulos de Antero”. In Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Acílio Rocha, Norberto Cunha (Orgs.). *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 135-164.
- JOÃO PAULO II (1981). *Carta Encíclica Laborem Exercens. Sobre o Trabalho Humano*. Braga: Editorial A.O. (trad.port.).
- LEÃO XIII (1967). *Rerum Novarum. Carta Encíclica de Sua Santidade Leão XIII*. Lisboa: União Gráfica (trad. port.).

- LIMÁcínio C. (1987). "O Conselho Cultural da Universidade do Minho. Breve Apresentação". *Forum*, n.º 2, pp. 2-4.
- LIMÁcínio C. (2006). "Vinte e Cinco Anos a Aprender Educação de Adultos na UEA (1979-2004). In Rui Vieira de Castro, Amélia. V. Sancho, Paula Guimarães (Orgs.). *Unidade de Educação de Adultos. Percursos e Testemunhos*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, pp. 82-84.
- LIMÁcínio C. (2007). *Educação ao Longo da Vida. Entre a Mão Direita e a Mão Esquerda de Miró*. São Paulo: Cortez.
- MOFDO, Luiz Gonzaga, NUNES, Henrique Barreto (1994). "Bibliografia de Lúcio Craveiro da Silva". In Vítor Manuel de Aguiar e Silva, Acílio Rocha, Norberto Cunha (Orgs.). *Homenagem a Lúcio Craveiro da Silva*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 135-164.
- NOFCK, Johan (2003). "Círculos de Estudo em Portugal: testemunho e reflexões pessoais". *Forum*, n.º 33, pp. 27-43.
- QUEAL, Antero de (2001). *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos*. Discurso pronunciado na noite de 27 de Maio de 1871 na sala do Casino Lisbonense. Lisboa: Contexto.
- ROC, Acílio (2004). "Proémio". In Lúcio Craveiro da Silva. *Biobibliografia. Sobre a Universidade*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 9-15.
- SILVúcio Craveiro da (1979). *Cultura, Participação e Desenvolvimento*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho.
- SILVúcio Craveiro da (1987). "Palavras Preliminares". *Forum*, n.º 1, pp. 3-4.
- SILVúcio Craveiro da (1994a). "Ser Português". *Forum*, n.º 15/16, pp. 3-11.
- SILVúcio Craveiro da (1994b). "Marxismo, Filosofia da Libertação". In Lúcio Craveiro da Silva. *Ensaios de Filosofia e Cultura*. Braga: Faculdade de Filosofia, pp. 365-378.

Lúcio Craveiro da (2002). "Filosofia da Técnica". In Lúcio Craveiro da Silva. *Estudos de Cultura Portuguesa*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, pp. 197-204.

Lúcio Craveiro da (2004). *Biobibliografia. Sobre a Universidade*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho.

Lúcio Craveiro da (2006). "A «Educação de Adultos» em 1978/79 na Universidade do Minho". In Rui Vieira de Castro, Amélia V. Sancho, Paula Guimarães (Orgs.). *Unidade de Educação de Adultos. Percursos e Testemunhos*. Braga: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, pp. 66-67.